

Para o estudo da sintaxe da enunciação

Sônia Lichtenberg*



Resumo – A partir de estudo por nós realizado, tomando como suporte a Teoria da Enunciação de Benveniste, concluímos que o sentido requer uma sintaxe, a qual é promovida pelo sujeito mediante inter-relações que são estabelecidas entre as palavras que compõem o enunciado. Buscando aprofundar estudos sobre a *sintaxe da enunciação*, recorremos a textos reunidos sob o título *Funções sintáticas*, nos *Problemas de lingüística geral I* e nos *Problemas de lingüística geral II*. Com base nesta leitura, verificamos uma imbricação entre *lingua*, palavra aqui empregada na acepção saussuriana, e *enunciação*, pois o sujeito, para expressar sentido, se apropria da língua e organiza o sintagma, considerando um modelo pela língua previsto. Este sintagma configurado pelo sujeito se insere no *quadro da língua*, podendo ser atualizado sempre que a referência assim o exigir. Como os textos lidos são de cunho descritivo, nos preocupamos em identificar, nos trabalhos de Benveniste, os estudos que fundamentam este entrelaçamento entre associações e conexões. Até o momento, nos parece que o artigo “Os níveis de análise lingüística” aponta que, para este autor, relações associativas e relações sintagmáticas são concomitantes, se estabelecem no fio do discurso, em função de *referência*, o que nos leva a crer na existência de uma *Lingüística da Enunciação* diferente da Lingüística Saussuriana, mas que releva a noção de *signo* enquanto unidade distintiva.

Da língua para o discurso

A partir de estudo por nós realizado sobre palavras classicamente consideradas como *indefinidos*, o qual se centra no *sentido* e toma a Teoria da Enunciação de Benveniste como suporte¹, dentre as conclusões que se apresentam, destacamos uma: a atribuição de referência exige uma sintaxe.

Neste estudo, que considera a noção de intersubjetividade – o sentido promovido pelos locutores – e a de atribuição de referência

* PPG – Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

¹ Conforme Lichtenberg (2001).

a uma determinada situação – *pessoa, tempo, espaço* – pois, nesta teoria, sentido implica referência, os *indefinidos* são vistos como *palavras no enunciado* já que, tendo-se como objetivo o estudo da enunciação, é o enunciado o seu produto, a materialidade que permite a observação da língua em funcionamento.

Palavra no enunciado, na teoria escolhida, pressupõe o estabelecimento de inter-relações: o *apropriar-se da língua toda* para expressar uma idéia que *refere*, prevê agenciamento de signos na língua e sua atualização no discurso. E atualização implica estar no enunciado, criando referência única relativa a *eu-tu-aqui-agora*, em convivência e em convivência com outras palavras. Pela oposição, mas também pela solidariedade que se estabelece entre as palavras que compõem o enunciado, a idéia é expressa; são relações sintático-semânticas que configuram o enunciado como expressão desta idéia, imprimindo-lhe, assim, caráter de singularidade; a situação é única, o enunciado também o é; a idéia é única, e as palavras que compõem o enunciado devem apresentar uma certa organização para que esta idéia assim se expresse.

Assim, pela maneira como esta teoria se apresenta, ou seja, pelas relações que prevê, a sintaxe se interpõe, ainda que não seja fim. Aliás, mesmo que seja estabelecido o seu estudo como meta, jamais será fim, sempre será meio: é a expressão da idéia que exige uma certa configuração das palavras no enunciado.

Tendo-se a enunciação como pressuposto, relevando-se *sujeito e contexto*, as palavras cujo sentido a tradição impõe como o de *indefinição*, tendo por base a significação que têm na *língua*, podem, no *uso da língua*, transpor este limite e apresentar-se com sentidos outros.

Submetidos à enunciação, os *indefinidos* podem expressar *indefinição*, assim como *definição, definição parcial* ou, até mesmo, *definição e indefinição*, dependendo das palavras com as quais se inter-relacionam no enunciado, ou, ainda, nenhum destes sentidos, ao indicarem referência ausente. Assim sendo, verifica-se que não se sustenta a idéia de que, tomado um enunciado, cada palavra fique adstrita a um *grupo*, no caso destas, a um *grupo nominal*. É o caso, por exemplo, das palavras estudadas que indicam noção de *definição e de indefinição*. Certas palavras podem *circular* pelo enunciado, inter-relacionando-se com qualquer palavra ou expressão.

Além desta constatação – a inobservância de limite imposto pelo *sintagma*, palavra que aqui deve ser tomada, levando-se em conta a teoria gramatical – outras se fazem presentes. Uma diz respeito à hierarquia que se afirma existir entre as palavras que

compõem o sintagma; outra, em que a noção de sintagma também importa, é relativa ao papel normalmente atribuído aos *restritivos*.

Ao se examinarem as ocorrências de *indefinidos*, identificado o sintagma no qual constam, observa-se que desempenham o papel de *nuclear* ou de *periférico*, critério a partir do qual Moura Neves, em sua *Gramática de Usos do Português* (2000, p. 535-6), os classifica. A inserção deste critério de classificação permite perceber que o sentido expresso pelas ocorrências destas palavras não se mantém estável pelo fato de serem *nuclear* ou *periférico* (Lichtenberg, 2001, p. 232). Deste modo, a posição ocupada no sintagma, considerando-se o grau de importância atribuído por algumas teorias – ser o núcleo/não ser o núcleo – não é fator determinante para a expressão de indefinição, de definição, de definição parcial ou de definição e indefinição.

A restrição também não pode ser vista como determinação de sentido. Apresentam-se como *restritivas* não apenas expressões às quais é geralmente atribuída esta função, outras também a exercem, apesar de não se enquadrarem como tal. Além disto, os sentidos apresentados pelas palavras em estudo não se submetem à existência de um restritivo, pois tanto *indefinidos* como *definidos* apresentam *restritivos* e, em algumas situações, estes desempenham outras funções, diferentes daquelas que lhes são classicamente designadas (Lichtenberg, 2001, p. 232).

As revelações relativas às combinações de palavras, propiciadas por análises, não se restringem a estes casos que, no âmbito dos estudos sobre a sintaxe, podem ser considerados os mais conhecidos. As inter-relações promovidas pelo sujeito com a finalidade de referir uma situação que considera *eu-tu-aqui-agora*, apresentam os até então *indefinidos* exercendo a função de *substitutos abreviativos*, ou seja, retomando palavra ou expressão já presente no enunciado, atribuindo referência ao já referido. Nesta substituição, o que se verifica é que, além de ela não ficar restrita a signos lexicais, o chamado *indefinido* exerce funções várias, sendo possível observá-lo desempenhando papel duplo, a de *substituto abreviativo*, apresentado sentido de definição, e outro, ao inter-relacionar-se com outras palavras presentes no enunciado, neste caso com noção de indefinição (Lichtenberg, 2001, p. 233).

Ainda se podem citar certas combinações de palavras nas quais as em estudo exprimem idéia de *aspecto* (Lichtenberg, 2001, p. 234). São outras as classes de palavras em que se costuma observar esta noção; também são outras as classes de palavras que os estudos clássicos costumam apontar como passíveis de se combinarem com palavras que indicam *aspecto*. As palavras em questão,

combinadas com outras palavras porque a idéia quer-se expressa, rompem com o que se lhes atribui como sentido e, assim, descohem a rigidez das classificações.

Com este estudo, pode-se concluir que, sob a ótica da enunciação, palavras que são tidas, sempre e exclusivamente, como indicação de indefinição e, por isto, obedecendo a certos padrões, não se apresentam como tal; a regularidade inexistente. Estas palavras têm, na língua, esta significação, porém, no uso da língua, em conformidade com outras palavras, influenciam e são influenciadas: a *idéia* refere uma situação única, que pressupõe *sujeito e contexto*, e, para tal, as palavras que compõem o enunciado, conservando, pelo menos em parte, a noção que têm na língua, formatam-se à idéia, atualizam-se, e esta atualização é decorrência de uma reciprocidade e solidariedade que mantêm entre si. O uso da língua implica *referência* e nada mais. Entretanto, se para a atribuição de referência, o sujeito *molda* o enunciado, importa saber quais são os mecanismos lingüísticos implicados em tal organização que está a serviço de um dizer, já que os que são apontados pelos estudos da gramática e de outras teorias lingüísticas, por estes não a considerarem, não dão conta da língua submetida à enunciação.

Com este estudo, também, apesar das conclusões que ele propiciou, tem-se a sensação de esgotamento do tema *sintaxe* nos textos ordinariamente apontados como os portadores dos fundamentos da Teoria da Enunciação. Neles, por mais que se esquadrihem os meandros do que representa a língua em funcionamento, o percurso apontado é sempre o mesmo: da língua – a possibilidade de, as virtualidades – para o discurso – a materialização, a “idéia” –, no qual a palavra é *parte* – parte da língua porque é conceito, mas não todo o conceito, pois somente aquilo que à referência convém; parte do discurso porque conceito da língua, que já não é mais apenas língua, mas *emprego* resultante de *conexão*.

Embora o estudo do que venha a ser *sintaxe* nesta Teoria da Enunciação, nestes textos cesse aqui, formulamos a hipótese de que outros possam nos fornecer elementos que nos permitam melhor compreender os mecanismos da *sintagmatização-semantização*, tendo-se sempre presente constatação feita a partir do estudo dos *indefinidos*: as conexões são promovidas pelo sujeito compulsoriamente, são requeridas pelo sentido.

Entrecruzamento de “âmbitos”

Não só o título *Funções sintáticas* do que se apresenta como *Quarta Parte dos Problemas de lingüística geral I e Problemas de lin-*

güística geral II nos incita à leitura, com o intuito de darmos prosseguimento a este estudo, mas também outros trabalhos cujos autores voltaram sua atenção para o estudo da sintaxe em Benveniste² nos autorizam a empreender nestes textos uma procura.

Na ausência de um norte que não seja outro que a hipótese de alguma pista, já que os trabalhos que mencionamos não respondem ao que queremos encontrar, realizamos a leitura de alguns textos que integram *Funções sintáticas*, a saber: “Formas novas de composição nominal”, “Fundamentos sintáticos da composição nominal” e “Estrutura das relações de auxiliaridade”.

Não apenas a escolha destes textos é aleatória, como também o é a ordem em que eles são aqui tratados. Deles selecionamos somente aquilo que nos convém no momento: uma apresentação sumária que nos permita, no final deste escrito, discernir um rumo para estudos futuros.³

Em “Formas novas de composição nominal”, Benveniste apresenta um relato da situação em que se originou o composto *microbe*. A atuação de Sédillot, um cientista que cria um termo pertinente à ciência médica, nos permite observar que, a partir de descobertas realizadas por Pasteur, os cientistas utilizavam uma frase com a qual afirmavam a existência de *seres que têm vida e que são extremamente pequenos* e, com base nesta frase, Sédillot se apropria de dois signos – *mikros* (pequeno) e *bios* (vida) –, combina-os e forma a palavra *microbe*, a qual revela que de *mikros* é tomada uma “parte”, com indicação de *dimensão*.

Ao ser criada esta palavra, Sédillot considera o sistema da língua, o que é confirmado por Littré, lingüista que avaliza este neologismo: *microbe, microbie, aérobie, anaérobie*. Assim, *microbe* passa a ser usado no meio científico e, também, entre os leigos: no primeiro grupo de usuários correspondendo, cremos que quase sempre, a *ser vivo cuja dimensão é infinitamente diminuta* (o que a ciência autoriza a dizer); no segundo, dependendo do enunciado em que se insere, com este sentido ou com outro.

No estudo das *sinapsias*, que, segundo Benveniste, não devem ser confundidas com os *compostos*, verificamos que *sinapsias* são “combinações explícitas”, formadas por unidades lexicais independentes, identificáveis separadamente e organizadas segundo os modelos sintáticos. São, portanto, *sintagmas-signo*, diferentes,

² Estes autores são Portine e Lazard, cujos estudos se encontram, respectivamente, em *Benveniste et la question de la fondation d'une syntaxe* e *Benveniste et la syntaxe générale*.

³ As reflexões que aqui apresentamos se inserem entre outras, a partir das quais elaboramos uma tese de Doutorado sob a orientação do Prof. Dr. Valdir do Nascimento Flores.

portanto, de sintagmas nominais resultantes de combinações promovidas pelo locutor.

Estas formas são muito comuns na nomenclatura técnica, pois têm “caráter único e constante” (1989, p. 176), mas não restritas a ela, cuja função se extrai de uma relação de *pertença* e de *oposição* – algo que pertence a uma classe ou a um conjunto e que é o que os demais elementos não são – que visa à especificação. Obedecem a um modelo dado pela língua: presença de juntores e ordem dos elementos – determinante, o especificador, e determinado, a classe ou conjunto, – além de ausência de artigo antes do determinante e, normalmente, juntores *à* ou *de* (Benveniste estuda o francês).

Quanto aos compostos, diz Benveniste que “representam a transformação de certas orações típicas, simples ou complexas, em signos-nominais” (1989, p. 163). Nestes, a sintaxe transparece por meio da maneira como os termos se apresentam. Há uma diversidade de formas, decorrente da idéia que o enunciado expressa, pois os compostos, signos formados por dois termos, são formas constituídas implicitamente por predicções.

A descrição deste processo apreendido por meio do estudo da composição nominal parece causar a impressão de que estamos falando de duas sintaxes: a da língua e a da enunciação. Pode-se apresentar esta diferenciação – e continuar-se-á agindo assim –, mas exclusivamente para fins de exposição das relações que se dão no sistema porque só há uma sintaxe – a do sistema –, totalmente diversa da que é proposta por outras abordagens que pressupõem uma sintaxe pré-estabelecida, um conjunto de estruturas independentes da expressão de um sentido, mas que, ao mesmo tempo, promovem e regulam o sentido.

A sintaxe que está sendo aqui anunciada, que é depreendida a partir destes trabalhos de Benveniste, é o *colocar a língua em funcionamento por um ato individual de utilização* – o próprio conceito de enunciação – ação particular, singular, que refere uma situação enunciativa, entretanto, exatamente porque considera uma situação que não envolve apenas quem realiza este ato e visa a um fim – a expressão de uma idéia para um outro –, é regulada por este outro, que representa o coletivo da língua.

Benveniste considera os compostos como transformações de enunciados, e a diversidade de tipos apresentados é consequência da idéia que é expressa nestes enunciados. É a forma de um composto, a maneira como seus membros se dispõem, que permite o reconhecimento das relações que se estabelecem entre as palavras que o constituem. Existe, portanto, nos tipos de compostos estudados, uma sintaxe latente, que é reconstituída cada vez que tais sig-

nos são atualizados. Há uma sintaxe da enunciação que se impõe à língua, há uma sintaxe da língua que sinaliza uma forma compatível com a idéia a ser manifestada.

Nas sinapsias, não transformações, mas sintagmas que se incluem na língua tal e qual foram enunciados, o mesmo ocorre. O locutor é livre para atualizar os signos com os quais denomina um específico, tanto os nominais como o juntor, porém, como objetiva dar nome a algo que se distingue em uma classe ou conjunto, e assim quer que este nome seja interpretado, recorre a um paradigma que abriga nomes de outras criações, os quais se configuram por apresentar nominais dispostos em uma certa ordem, interligados sintaticamente, mediante um juntor.

Estes artigos de Benveniste sobre sintagmas nominais não só permitem a compreensão da articulação língua-discurso pela via da atualização dos signos, mas também possibilitam que se perceba o trabalho do locutor na língua, por meio do qual a língua não é estanque nem excludente, já que inclui formas que na e pela enunciação são produzidas. Por outro lado, se há modelos sintáticos a considerar, uma garantia de *pertença à língua*, a produção de significações objetiva a atribuição de *co-referência*: a linguagem é para viver, um locutor semantiza e, porque semantiza, sintagmatiza para um alocutário.

Em “Estrutura das relações de auxiliaridade”, Benveniste se propõe a estudar paradigmas verbais do francês moderno os quais apresentam sintagmas formados por meio do processo de *auxiliação*. No final de seu trabalho, com base nas análises feitas, estabelece princípios que regem a estrutura formal destes sintagmas. O autor se coloca, portanto, no campo do “coletivo”: a língua segue algumas regras ao serem organizados sintagmas “por *auxiliação*”.

Se tal conclusão é possível, é porque as análises também assumem esta orientação. Temporalidade, diátese e modalidade, que expressam ou podem se expressar pela via da *auxiliação*, se estruturam de acordo com certos padrões, que, ao mesmo tempo em que mantêm características comuns, as distinguem.

Na *auxiliação* por modalidade, cujo sintagma apresenta possibilidades várias, tanto em relação ao auxiliante como ao auxiliado, o qual se apresenta no infinitivo, se distinguem os modalizantes por *função* e os modalizantes por *assunção*. Os modalizantes por *função* são os verbos *pouvoir* e *devoir*, modalizantes por excelência, indicação de *possibilidade* e de *necessidade*, respectivamente. Os modalizantes por *assunção* são verbos que, via de regra, não têm esta função e que, por uma atividade do locutor, passam a expressar noção de modalização.

Pouvoir e devoir, modalizantes por natureza, figuram no paradigma não estabelecendo distinção relativa à flexão de pessoa gramatical: *je peux chanter, tu peux chanter, il peut chanter*. Já os demais modalizantes exprimem sentido diverso ao serem flexionados: *j'espère chanter, tu espères chanter, il espère chanter*.

Benveniste, mesmo que não indique diretamente esta alteração ao tratar a auxiliacão de modalidade – e por que fazer isto se já o havia feito em trabalho anterior? – indiretamente a sugere, pois os exemplos que envolvem estes verbos não mais apresentam a flexão de 3ª pessoa gramatical, mas a de 1ª: *je crois, je pense, j'estime, je veux, je désire...*

Seria apressado dizer que o autor, ao apresentar exemplos na 1ª pessoa gramatical, releva a noção de *intersubjetividade*? Do mesmo modo, seria incorreto afirmar que a língua *stricto sensu*, o “tesouro” depositado no cérebro de todos os indivíduos que pertencem à mesma comunidade lingüística, acolhe, em seus paradigmas, formas que contêm o *sujeito* e a *situação enunciativa*?

É o próprio Benveniste que nos dá estas respostas em *Da Subjetividade na Linguagem*, texto anterior ao que trata das estruturas de auxiliaridade, ao discutir a diferença entre *pessoa* e *não-pessoa*, entre *eu* e *não-eu*, tomando como apoio verbos semelhantes aos que constituem sintagmas que expressam modalização.

Neste texto, que ora examinamos, Benveniste diz que:

De maneira geral, quando emprego o presente de um verbo de três pessoas (segundo a nomenclatura tradicional), parece que a diferença de pessoa não ocasiona nenhuma mudança de sentido na forma verbal conjugada. Entre je mange e tu manges e il mange [...], há de comum e de constante o fato de que a forma verbal apresenta uma descrição de uma ação, atribuída respectivamente, e de maneira idêntica, a “eu”, a “tu”, a “ele”. [...] Isto dá a impressão de uma evidência, já implicada pelo alinhamento formal no paradigma da conjugação (1995, p. 290).

Se, em *je mange, tu manges il mange*, a forma do verbo indica descrição de uma ação, o mesmo se verifica em *je peux, tu peux, il peut*, a apresentação de uma *possibilidade*, ou em *je dois, tu dois, il doit*, a apresentação de um *dever*. Entretanto, em relação a *je crois*, forma que, no processo de auxiliacão, constitui *je crois chanter*, Benveniste afirma que não “me descrevo ‘crendo’ quando digo *je crois (que...)*” pois *je crois (que...)* “não é absolutamente o objeto do enunciado” já que “equivale a uma afirmação mitigada” (1995, p. 290).

Ao dizer je crois (que...) converto numa enunciação subjetiva o fato asseverado impessoalmente, isto é, le temps va changer, que é a verdadeira proposição (1995, p. 290-291).

Assim, *je crois chanter*, uma forma inserida no paradigma da modalização por auxiliacão – *je peux chanter, je dois chanter, je crois chanter* – visando simplesmente ao cumprimento de uma regra estipulada pelo francês moderno, apresenta distinção relativa às duas primeiras formas porque inclui a enunciação no enunciado.

Além de *je crois*, Benveniste estuda outros verbos – *je présume, je suppose*, os quais expressam uma atitude; *je jure, je promets, je garantis*, nos quais a enunciação se identifica com o próprio ato –, todos passíveis de exercerem a função de modalizantes em um sintagma; porém escolhemos, dentre estes, apenas *croire* porque coincide com o que é detalhadamente analisado em “Estrutura das relações de auxiliaridade”, ao ser estudada a *sobremodalização*. Agora, em *je crois pouvoir affirmer que* (e também em *je crois vous comprendre*), Benveniste diz que *je crois* apresenta um valor enfraquecido em comparação à indicação de convicção expressa em *je crois cela, je crois à, je crois en, je crois que...*, formas em que não há auxiliacão em consequência do modo como se estruturam (1989, p. 196).

Como Benveniste conceitua *modalidade* como “uma asserção complementar referente ao enunciado de uma relação” (1989, p.132), *il crois chanter, tu crois chanter*, que apresentam auxiliante com sujeito gramatical explícito, idêntico ao sujeito implícito do auxiliado, se alinham no paradigma a *je crois chanter*, porém são, como vimos, formas semelhantes quanto à estrutura, mas diferentes, pois na última se verifica a presença de *eu* e a implicações que isto acarreta para a significação, enquanto, nas demais, a sua ausência – o *não-eu* ou a *não-pessoa* –, daí a descrição, sob o ponto de vista de *eu*.

Estes sintagmas – sinapsias, compostos, relações “por auxiliaridade” – constituem o sistema, que não pode ser fracionado em semiótico e em semântico, o espaço das “regularidades” e o da “irregularidade”, que é vista como liberdade, criação, exceção, sobre, etc., porque é unicamente o *sistema*. A enunciação é o sistema por que o constitui e por que o requer?

Uma lingüística da enunciação?

Benveniste, nestes artigos que versam sobre funções sintáticas, nos remete à dupla interpretância da língua: *reconhecimento* relativo ao signo e *compreensão* relativa ao discurso.

Ora, isto é perceptível quando, tomando-se um composto, uma sinapsia ou um sintagma formado “por auxiliação” como, por, exemplo, *eu creio saber*, e, a partir de outros sintagmas existentes na língua (memória associativa), verificamos que sua sintagma-tização se dá segundo um modelo. “Chapéu existe? Sim. Chaméu existe? Não.” As respostas, ainda que calcadas em fenômenos de outra natureza, são dadas imediata e automaticamente pela mesma razão.

Também que estes sintagmas se originem de enunciados não nos causa dúvida nenhuma. *Navio-escola* é *navio que é escola*: *navio* é a denominação, o determinado; *escola* é o especificador, é o determinante. Então, *navio-escola*, em um enunciado, suscita outro enunciado; *navio-escola* é um signo virtual.

Forma e função ou *forma e sentido* estão na língua e estão no discurso, ou, ainda, são da língua e são do discurso, porém não pertencem a duas situações estanques e dissociadas, mas entrelaçadas, imbricadas. Não é isto que percebemos em relação a *microbe*? Como chamá-lo: signo ou palavra? Quando é signo? Quando é palavra? Ou poderíamos perguntar de outras maneiras: quando é língua ou quando é discurso?

Nos artigos quem lemos, Benveniste apresenta trabalhos de cunho *descritivo*, e nos parece que, por este motivo, ao acompanharmos as sucessivas relações que este analista estabelece, conseguimos compreender esta rede que se tece no sistema: ora associações, ora conexões, ou ora reconhecimento, ora compreensão, mas sempre *sintaxe* ou *sempre* conexão!

Perguntamos, então, onde encontrar fundamentos teóricos que sustentem esta percepção de que a sintaxe é sempre apenas uma e emana da enunciação? Estariam eles ou parte deles na mutação do signo em palavra, exposta no texto *Os Níveis de Análise Lingüística*, ao serem tratadas as noções de *forma* e *sentido*, a primeira relativa à decomposição de uma unidade em elementos constituintes, a segunda à capacidade de uma unidade integrar uma unidade de nível superior?

Quando se diz que um determinado elemento da língua, curto ou extenso, tem um sentido, entende-se uma propriedade que esse elemento possui, enquanto significante, de constituir uma unidade distintiva, opositiva, delimitada por outras unidades, e identificável para os locutores nativos, de quem essa língua é a língua. Esse “sentido” é implícito, inerente ao sistema lingüístico e às suas partes. Ao mesmo tempo, porém, a linguagem refere-se ao mundo dos objetos, ao mesmo tempo globalmente, nos seus enunciados completos, sob forma de frase, que se relacionam com situações concretas e especí-

ficas, e sob forma de unidades inferiores que se relacionam com “objetos” gerais ou particulares, tomados na experiência ou forjados pela convenção lingüística (1995, p. 136-137).

Admitir que o signo, enquanto signo, só possa ser reconhecido como unidade da língua, ou seja, tenha um sentido, sem que se possa dizer nada mais sobre este sentido, e que passe a ser *compreendido* – o sentido é tal – no enunciado, representa dizer que relações associativas e relações sintagmáticas são concomitantes, se estabelecem no fio do discurso, então, no enunciado, e, portanto, em função da *referência*.

Como, ao ser retirada a palavra da frase, o que resta é um signo que só pode ser reconhecido como um elemento da língua, ou seja, elemento que se opõe a outros, é no discurso que o *signo em emprego* – palavra –, mediante associações promovidas pelos sujeitos (e por isto as associações são estas e não outras quaisquer), *significa*.

Falar disto é falar de uma outra lingüística que não parece ser saussuriana, mas que inclui a noção de signo enquanto unidade distintiva e, assim, possibilidade de co-referência.

Falar desta lingüística também não representa falar de um acréscimo a Saussure porque não é tomada a teoria do signo para complementá-la com a teoria da frase, já que a frase acolhe o signo, atribuindo-lhe papel de atuar, ao mesmo tempo, em duas dimensões: na ordem do paradigma e na do sintagma.

É por meio da mutação signo-palavra ou palavra-signo que se explica a existência de uma sintaxe que não é da língua, nem do discurso, mas da língua-discurso? É por meio da compreensão dos mecanismos desta sintaxe que se funda uma Lingüística da Enunciação?

Referências

- BENVENISTE, Émile. A frase nominal. In: *Problemas de lingüística geral I*. Campinas: Pontes, 1995.
- . Da subjetividade na linguagem. In: *Problemas de lingüística geral I*. Campinas: Pontes, 1995.
- . Estrutura das relações de auxiliaridade. In: *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- . Formas Novas de Composição Nominal. In: *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- . Fundamentos sintáticos da composição nominal. In: *Problemas de lingüística II*. Campinas: Pontes, 1989.

———. Os Níveis de Análise Lingüística. In: *Problemas de Lingüística Geral I*. Campinas: Pontes, 1995.

———. Semiologia da língua. In: *Problemas de lingüística geral II*. Campinas, SP: Pontes, 1989.

———. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da lingüística. In: *Problemas de lingüística geral I*. Campinas: 1995.

LAZARD, Gilbert. Benveniste et la syntaxe générale. In: ARRIVÉ, Michel; NORMAND, Claudine (dir.). *Emile Benveniste vingt ans après*. Paris: CRL-Université Paris X, 1997.

LICHTENBERG, Sônia. *Usos de indefinidos do português: uma abordagem enunciativa*. Porto Alegre, UFRGS, 2001. Dissertação (Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso), Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 2000.

PORTINE, Henri. Benveniste et la question de la fondation d'une syntaxe. In: ARRIVÉ, Michel; NORMAND, Claudine (dir.). *Emile Benveniste vingt ans après*. Paris: CRL-Université Paris X, 1997.